



PROTAGONISMO FEMININO NA PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA: O PROJETO MULHERES DA PAZ (PRONASCI/MJ) NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Cláudia de Magalhães Bezerra¹

Introdução

Esse texto, escrito para apresentação no Seminário Fazendo Gênero 9: diásporas, diversidades, deslocamentos, reflete minha experiência prática enquanto psicóloga no trabalho com mulheres em comunidades do Estado do Rio de Janeiro, áreas de conflito nas quais os índices de pobreza e violência são elevados. O objeto do trabalho é apresentar o projeto “Mulheres da Paz” (PRONASCI – MJ) e os desafios de sua implantação e desenvolvimento no Rio de Janeiro, pela Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos, durante o ano de 2009.

Minha inserção no projeto se deu pela Coordenação de Formação. Integrava a equipe responsável pela definição da metodologia, conteúdo programático, acompanhamento e avaliação da execução dos cursos, oficinas, seminários e encontros, visando a formação e aperfeiçoamento tanto da equipe multidisciplinar, quanto das Mulheres da Paz. Cabia também à equipe de formação a integração entre os projetos, colaborar na articulação do processo de formação dos jovens do Protejo (projeto de proteção a jovens em territórios vulneráveis), com o acompanhamento das Mulheres da Paz.

Um dos graves problemas da Saúde Coletiva hoje é a violência. No Brasil, desde a década de 1980, acidentes e violências constituem a segunda causa de óbito (Minayo, 2006). A violência urbana no Rio de Janeiro é um grave problema que também vem se intensificando ao longo dos anos. Em comunidades pobres é um drama constante na vida de seus habitantes, com episódios contínuos de violência explícita e cotidiana. Dentro dessas comunidades existem regras próprias, códigos, sistemas de funcionamento que apenas seus moradores conhecem e que muitas vezes são implícitos, ou seja, nem se dão conta. Cada pessoa utiliza-se de estratégias, por vezes inconscientes de autoproteção e defesa. Na mesma obra, Minayo afirma que a violência “afeta a saúde individual e coletiva e exige, para sua prevenção e enfrentamento, formulação de políticas específicas e organização de práticas e de serviços peculiares ao setor”.

¹Psicóloga, mestranda ENSP/FIOCRUZ, < claudiabez@gmail.com >



Historicamente a intervenção do Estado se deu de forma criminalizadora, acabando por punir duplamente a população pobre. A Constituição de 1988 avança na questão da Segurança Pública quando a coloca como um Direito Fundamental. O art. 5º garante essa igualdade formal em relação aos Direitos Humanos.

A atual política de Segurança do Governo Federal implantou o que se chama de novo paradigma em Segurança Pública. Visa articular ações policiais reativas com investimentos em programas sociais, em inteligência, tecnologia, e valorização dos profissionais de segurança. Propõe o fortalecimento institucional do Estado para atuar preventivamente. É uma nova concepção de atuação em Segurança, com o objetivo de valorizar e fortalecer os laços comunitários e criar condições para o acesso a políticas públicas sociais.

O Pronasci - Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania

Instituído em por lei² em 2007 o Pronasci é um programa do Governo Federal, do Ministério da Justiça, que se destina a articular ações de segurança pública para a prevenção, controle e repressão da criminalidade, estabelecendo políticas sociais e ações de proteção às vítimas. Propõe, portanto articular políticas de segurança com ações sociais e priorizar a prevenção e ações diretas nas causas que levam à violência.

Algumas diretrizes do Pronasci relacionam-se à prevenção da violência, acompanhamento de jovens e enfrentamento de problemas sociais³. Esse novo enfoque descreve um programa de Segurança Pública que foca na construção da cultura de paz. Isso significa ampliar a responsabilidade pela segurança para vários setores, visto que sem cidadania não pode haver segurança e vice-versa.

O Projeto Mulheres da Paz no Estado do Rio de Janeiro

Com o objetivo de capacitar mulheres socialmente atuantes nas áreas geográficas abrangidas pelo Pronasci, o art. 8º da mesma lei institui o projeto Mulheres da Paz e destaca que seu trabalho

²BRASIL. Lei Ordinária n.11.530, de 24 de outubro de 2007.

³1) promoção dos direitos humanos, intensificando uma cultura de paz, de apoio ao desarmamento e de combate sistemático aos preconceitos de gênero, étnico, racial, geracional, de orientação sexual e de diversidade cultural; 2) criação e fortalecimento de redes sociais e comunitárias; 3) fortalecimento dos conselhos tutelares; 4) garantia do acesso à justiça, especialmente nos territórios vulneráveis; 5) sistemas de gestão descentralizados e participativos das políticas sociais; 6) participação de jovens e adolescentes em situação de moradores de rua em programas educativos e profissionalizantes com vistas na ressocialização e reintegração à família; 7) promoção de estudos, pesquisas e indicadores sobre a violência que considerem as dimensões de gênero, étnicas, raciais, geracionais e de orientação sexual; 8) garantia da participação da sociedade civil.



deve ter 2 focos: a mobilização social para afirmação da cidadania, tendo em vista a emancipação das mulheres e prevenção e enfrentamento da violência contra as mulheres; e a articulação com jovens e adolescentes, com vistas na sua participação e inclusão em programas sociais de promoção da cidadania e na rede de organizações parceiras capazes de responder de modo consistente e permanente às suas demandas por apoio psicológico, jurídico e social.

No Rio de Janeiro, o projeto Mulheres da Paz se desenvolveu em plena articulação com outro projeto social do Pronasci o Protejo⁴, um projeto de formação cidadã de jovens e adolescentes a partir de práticas esportivas, culturais e educacionais.

Segundo dados do Programa, no Rio de Janeiro, cerca de 2550 moradoras, identificadas com perfil ou potencial de lideranças comunitárias, foram capacitadas. Elas estavam distribuídas em 18 territórios⁵ selecionados a partir de critérios de índices elevados de violência e mortalidade entre jovens.

As Mulheres da Paz recebem uma bolsa mensal de 190 reais e devem cumprir carga horária de 08 horas semanais entre cursos e atividades.

Breve histórico

No início foi necessário selecionar a equipe de coordenação dos projetos e a equipe de área: supervisores para os 18 territórios. Devido à especificidade do trabalho um dos requisitos principais foi a experiência em mobilização social e trabalhos nas comunidades. Após a seleção realizou-se a formação da equipe, quando discutiram-se em oficinas, temas como formação de redes, direitos humanos e cidadania, preconceitos, diversidades e gênero.

A equipe planejou e executou o que chamou de “entrada nos territórios⁶”, priorizando ações participativas e compartilhadas; respeitando o saber e a vontade da comunidade; visando sua formação e aperfeiçoamento, crescimento pessoal e mobilização social; valorizando o processo decisório compartilhado, o respeito às formas de organização definidas pela comunidade e o reconhecimento de seus grupos de representação.

⁴Projeto de Proteção de Jovens em Território Vulnerável - destinado à formação e inclusão social de jovens e adolescentes expostos à violência doméstica ou urbana ou em situações de moradores de rua.

⁵Rocinha, Mangueiras, Maré, Alemão, Vila Kennedy e Providência; nos demais municípios: Belford Roxo, Duque de Caxias, Itaboraí, Itaguaí, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu, Macaé, Mesquita, Queimados, São Gonçalo e São João de Meriti.

⁶Levantamentos preliminares sobre cada área, com informações sobre a população, faixa etária, educação, infraestrutura, emprego, atividades econômicas, realizando um mapa do território e equipamentos sociais existentes, públicos ou não, iniciativas da comunidade e suas representações. Realizaram-se ainda reuniões com as lideranças dos territórios com temas sobre os objetivos do Pronasci e projetos a serem desenvolvidos.



Nesse momento foi imprescindível o contato com as lideranças comunitárias e demais segmentos sociais com o objetivo de identificar e convocar as mulheres com perfil necessário para participarem do processo de seleção das Mulheres da Paz.

A Formação Inicial das Mulheres da Paz

Destaca-se no projeto a dimensão preventiva da educação, ancorada na formação que tem papel central na estruturação das atividades desenvolvidas para a prevenção da violência. É a formação que fornece o eixo e o sentido das ações.

A metodologia visa à articulação e integração entre os projetos Mulheres da Paz e Protejo, respeitando os princípios da educação continuada, abrangendo a totalidade das mulheres e jovens envolvidos (as) e resguardando as especificidades da qualificação de cada um dos projetos.

Os eixos centrais são a Cidadania e os Direitos Humanos que fundamentam as ações pedagógicas e políticas. Outros pressupostos metodológicos⁷ foram construídos e nortearam as ações formativas durante todo o processo.

A Fase inicial de formação ocorreu logo após a seleção, teve 40 horas de carga horária total divididas em módulos. Os educadores foram selecionados entre os que tinham conhecimento e experiência pedagógica com cada tema, passaram por formação com objetivos de alinhar conteúdos, metodologia e conhecer a realidade específica do projeto.

O desenvolvimento do Projeto

A partir da formação inicial as mulheres começaram a se organizar enquanto equipe e a trabalhar na articulação e manutenção das redes de apoio, identificando os pontos mais críticos onde poderiam atuar. Formaram comissões⁸, de acordo com seus interesses e a necessidade de cada território.

A formação das Mulheres continuou ao longo de todo o programa, destacando-se a formação sobre prevenção ao uso de substâncias psicoativas, educação sócio ambiental, oficina de rádio comunitária, I Encontro Rio Cultura de Paz, Conferência Livre das Mulheres da Paz e a

⁷Valorizar os saberes práticos e as reflexões teóricas, considerando que são indissociáveis; respeitar os valores trazidos pelas pessoas das comunidades; utilizar técnicas e dinâmicas estimuladoras da participação grupal; promover avaliações sistemáticas das atividades de formação visando o acompanhamento, a implementação das práticas e o aprimoramento das ações formativas.

⁸Comunicação, Educação, Formação de Redes, Eventos, Saúde, Artesanato, culinária, Corte e Costura, Meio Ambiente, Associação de Mulheres e Direitos.



participação de cerca de 40 Mulheres da Paz na I Conferência Nacional de Segurança Pública, em Brasília.

Foram responsáveis pela supervisão e acompanhamento de 2700 jovens do Protejo que terminaram cursos profissionalizantes realizados pelo Senac, atividades culturais e esportivas.

A equipe multidisciplinar participou de formações continuadas e encontros para reflexão, avaliação e planejamento. Tornou-se ao longo do projeto uma equipe capacitada e verdadeiramente engajada no projeto. A permanência diária das equipes de supervisores nos territórios, junto às Mulheres da Paz, contribuiu para o fortalecimento de sua autonomia fomentando possibilidades de interlocução entre suas comunidades e o Estado.

Destacamos a importância da implantação das Casas da Cidadania, espaços físicos conquistados em cada território, que se estabeleceram como referência do projeto enquanto locais de acolhimento e encaminhamento de moradores.

Conquistas e Desafios

Entre os avanços mais significativos, destacamos a observação de que as Mulheres da Paz sentem-se atualmente mais conhecedoras de seus direitos, com mais autoestima e autonomia. Mostram-se menos individualistas e mais preocupadas e engajadas em suas comunidades.

Verificamos em todos os territórios iniciativas empreendedoras entre as mulheres. Existem grupos de criação de produtos, desenvolvidos de forma coletiva que tem como resultado a melhoria da qualidade de vida de todas.

O Encontro Rio Cultura de Paz, no Circo Voador, marcou o primeiro grande encontro⁹ das Mulheres da Paz e dos Jovens do Protejo. Reuniram-se as mais diversas manifestações culturais de cada território e mostraram, na prática, como se constrói uma Cultura de Paz. Testemunhamos um momento marcante de integração entre territórios, uma conquista que inicialmente parecia impossível devido à divisão territorial em facções criminosas. Nesse evento ficou claro que é o crime que se divide e não as pessoas ou as comunidades.

Destacamos também as Conferências Livres das Mulheres da Paz e dos jovens do Protejo¹⁰. Nessa oportunidade discutiu-se em todos os territórios sobre segurança pública, tema que mobilizou muito, tanto as mulheres quanto os jovens, gerando grande interesse e participação. Nelas foram

⁹Ressaltamos que anteriormente ao Encontro realizou-se em todos os territórios uma formação para os jovens nos temas sobre o direito ao usufruto do espaço público nas cidades.

¹⁰As Conferências Livres foram realizadas em julho de 2009, na UERJ com a participação de cerca de 500 Mulheres e 250 jovens.



debatidas e consensuadas propostas que foram enviadas a I Conferência Nacional de Segurança Pública (Conseg), na forma de princípios e diretrizes. Em agosto, na I Conseg, em Brasília, cerca de 40 mulheres, representaram as Mulheres da Paz do Rio de Janeiro.

Entre os desafios destacamos o de ser o primeiro estado a implantar o Projeto Mulheres da Paz, assim como a dimensão do projeto: 2550 mulheres em 18 territórios com características totalmente diversas.

Um impacto negativo foram os problemas administrativos para pagamento das bolsas (remuneração) das mulheres. O sistema de pagamento mostrou-se inadequado causando atrasos e muita insatisfação para as Mulheres da Paz.

A busca pela autonomia das Mulheres da Paz pode ser colocada como o desafio de conseguirem se organizar de forma independente e assim garantir a sustentabilidade do projeto.

Algumas considerações

Esse breve relato marca um ano da implantação e desenvolvimento dessa experiência inédita no Brasil. O Rio de Janeiro foi o primeiro estado que iniciou o projeto e hoje é consultado enquanto referência. Ainda são muitas as barreiras a serem vencidas e os avanços a serem conquistados para que sejam disponibilizados recursos e a população tenha acesso a seus direitos.

O Projeto Mulheres da Paz foi renovado e em 2010 seus desafios serão ampliados, visto que novos territórios¹¹ deverão ser incorporados.

Acreditamos que a sustentabilidade do projeto está vinculada à viabilização de projetos de formação voltados para temas que garantam a sua continuidade. É importante a formação das Mulheres da Paz enquanto mediadoras de conflitos em suas comunidades, esse é um dos seus papéis principais. A formação em Terapia Comunitária é uma forma de manterem “rodas terapêuticas” nos territórios, com a finalidade de consolidar a inserção e o acompanhamento permanente das mulheres junto à população.

Será abordado o tema do empreendedorismo, como forma de geração de renda e autonomia para as mulheres, além de outros temas como saúde integral da mulher, sexualidade, sexo seguro, gravidez e aborto, enfatizando os direitos sexuais e reprodutivos.

¹¹Tavares Bastos, Cantagalo e Pavão – Pavãozinho. Existe a proposta de integração dos territórios que já estão com Unidades de Polícia Pacificadora.



O planejamento para 2010 levou em consideração basicamente as Mulheres da Paz, suas necessidades e aspirações e dessa forma pretende contribuir para a melhoria de sua qualidade de vida.

Bibliografia

BRASIL. *Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil*: promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização do texto: Juarez de Oliveira. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990.

BRASIL. *Lei ordinária Nº 11530, de 24 de outubro de 2007*. Institui o Programa Nacional de Segurança Pública Com Cidadania - Pronasci e da Outras Providencias. Disponível em: <<http://portal.mj.gov.br/pronasci/main> >. Acesso em: 20 de junho de 2010.

LEOCÁDIO, Elcylene e LIBARDONI, Marlene. Org – *O desafio de Construir redes de atenção às mulheres em situação de violência*. Brasília: AGENDE, 2006.

MINAYO, M. C. de S. e SOUZA, E. R. de. *Violência e saúde como um campo interdisciplinar e de ação coletiva*. História, Ciências, Saúde-Manguinhos, IV(3): 513-531, nov. 1997-fev. 1998.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *A inclusão da violência na agenda da saúde: trajetória histórica*. Ciência e saúde coletiva. 2006, vol.11, suppl., pp. 1259-1267. Disponível em : <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232006000500015 >. Acesso em: 01 de fevereiro de 2010..

MINAYO, Maria Cecília de Souza.; SOUZA, E. R.. *É possível prevenir a violência? Reflexões a partir do campo da saúde pública*. Ciência Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. IV, n. 1, p. 7-32, 1999.

PRONASCI-RIO CULTURA DE PAZ/Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos. *Relatório Final de Avaliação do Pronasci -Rio Cultura de Paz 2008/2009*. Rio de Janeiro, 2009.